

O DIEESE e a produção de informações para o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo: um balanço inicial

Marcos Aurélio Souza¹

Resumo: O Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (Onesc) foi instituído pela parceria entre o então Ministério do Trabalho, por meio da extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), e o Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Sua implantação estabeleceu como objetivo a produção de informações, estudos e indicadores que assegurassem visibilidade e subsidiassem a produção de conhecimento para o campo da economia solidária, tendo em conta a necessidade da promoção da incidência desse campo sobre as políticas públicas, assim como o apoio aos seus processos de organização socioeconômica. Este artigo defende que tais objetivos foram alcançados e aponta desafios.

Economia Solidária, Onesc, Políticas Públicas, Cooperativismo, Associativismo.

Introdução

Ao longo dos anos, o movimento de economia solidária tem enfrentado o desafio de se tornar visível ao conjunto da sociedade, tanto em termos dos valores que lhe anima, baseados na cooperação, autogestão, na dimensão econômica e na solidariedade, quanto na sua capacidade de instrumento na luta contra a exclusão social e ao desemprego estrutural. De forma ainda mais transgressora e provocativa, uma forma de produção na qual a igualdade entre todos os seus membros predomina e está assentada em fundamentos de solidariedade em vez da competição, implicando que as relações de produção

¹ Técnico do DIEESE.

entre os participantes ocorrem por meio da cooperação mútua e não pela competição econômica².

A criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), em 2003, como iniciativa do então Ministério do Trabalho e Emprego, a partir da pressão dos movimentos sociais organizados, levou a que o desafio da visibilidade tomasse corpo dentro da agenda das políticas públicas do governo federal.

O mesmo ato legal³ que estabeleceu a Senaes também instituiu o Conselho Nacional de Economia Solidária (Cnes) com o propósito de acionar um processo continuado de interlocução entre os setores do governo federal e da sociedade civil a fim de construir diretrizes para as ações destinadas à economia solidária no âmbito de todos os ministérios do Governo Federal, gerando capacidade de acompanhamento de uma política nacional de economia solidária.

O desafio da visibilização da economia solidária como fenômeno socioeconômico na sociedade brasileira procura, igualmente, oferecer instrumentos teóricos e práticos para a superação das dificuldades da própria caracterização desse movimento para o qual a falta de clareza identitária resulta em que os mais diversos atores envolvidos em atividades fundamentadas em princípios econômicos solidários não se reconheçam nessas práticas.

Por que o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo

A constituição do Onesc deve ser vista como uma iniciativa derivada da instituição da Comissão Nacional de Cadastro, Informações e Comércio Justo e Solidário que tinha como atribuição subsidiar o Cnes na execução de suas

² SINGER, P. Introdução à economia solidária. 1ª Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2002.

³ Decreto nº 4.764 de 24/06/2003.

atribuições relativamente ao Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)⁴.

Por outro lado, a consolidação do CADSOL como instrumento que busca dar visibilidade ao universo dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) é o resultado de um processo longo e se vincula, fundamentalmente, à própria institucionalização da Economia Solidária como política pública no nível do governo federal brasileiro, através da Senaes.

Anteriormente ao CADSOL, fez parte do esforço de visibilização da economia solidária a estruturação do Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), resultado de dois amplos mapeamentos levados a campo entre 2005 e 2007 e 2009 e 2013. Os dois levantamentos deram a possibilidade de se estruturar as primeiras bases de informação estatística sobre a economia solidária no Brasil com dados sobre os EES e de Entidades de Apoio e Fomento⁵.

Por outro lado, embora os dois mapeamentos, somados à instituição do CADSOL, tenham trazido grande avanço na possibilidade de se produzir dados estatísticos sobre o campo da economia solidária, também havia uma percepção de que esses instrumentos sozinhos não seriam insuficientes para se atingir os objetivos de gerar informações sobre a economia solidária, e também de seu interesse.

Outra dificuldade enfrentada pelos gestores da Senaes dizia respeito à utilização de informações de políticas públicas geradas em outras esferas do governo federal, pois elas não se articulavam com as necessidades de planejamento da Senaes e, mais especificamente, da Comissão Nacional de Cadastro, Informações e Comércio Justo e Solidário.

⁴ O CADSOL é um registro administrativo instituído pela portaria 1780/2014. São objetivos do CADSOL dar visibilidade à economia solidária ao nomear e identificar o sujeito da política pública, assim como estimular a criação de mercados institucionais para a comercialização dos produtos, bens e serviços da economia solidária.

⁵ Sobre as possibilidades e limitações de uso do SIES consultar o estudo "A Informalidade na Economia Solidária". Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/caderno-de-debates-do-observatorio-nacional-da-economia-solidaria-e-do-cooperativismo-numero-1-informalidade-na-economia-solidaria>. Acessado em 12/11/2019.

Uma possibilidade a se explorar seriam as informações geradas por institutos ou organizações de pesquisas. Sabe-se que o Brasil é um país de tradição na produção de dados estatísticos, sendo reconhecido mundialmente por essa característica e por sua cultura de disseminação no uso de indicadores. Entretanto ainda há uma reconhecida desarticulação entre esse volume de dados e indicadores com as necessidades de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas⁶.

Assim, a instituição do Onesc buscou articular duas dimensões, a partir desse diagnóstico: mapear um conjunto de informações demandadas pela economia solidária e pelos formuladores à frente das políticas públicas, programa e ações voltados para esse campo, assim como organizar fontes de informação, no geral dispersas em diferentes espaços de consulta, de forma a produzir conhecimento orientado pelas questões específicas dos empreendimentos, das organizações de representação, dos gestores, estudiosos e outros grupos interessados nas temáticas relacionada à economia solidária.

De forma mais direta, o Onesc se constitui em instrumento fundamental para dar visibilidade à economia solidária e subsidiar a produção de conhecimento desse campo com a finalidade de garantir uma ação qualificada sobre as políticas públicas, mas também apoiar os processos organizativos dos atores sociais envolvidos com o tema.

A produção de informações no Onesc

A fim de realizar as incumbências que lhe foram atribuídas, o Onesc estruturou-se a partir de três eixos envolvendo a organização e publicização dialogada da informação; produção de conhecimento orientado para a ação; fortalecimento da participação e o controle social no ciclo das políticas públicas. Esses são

⁶ DIEESE. A produção de informações no Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: DIEESE, 2016.

pilares metodológicos desenvolvidos pelo DIEESE desde a década de 1990 na implantação e consolidação de Observatórios do Trabalho⁷.

Com respeito à estratégia de produção de conhecimento para a ação, o Onesc desenvolveu quatro estudos abordando temáticas pertinentes aos desafios sobre os quais a Senaes buscou aprofundar diagnósticos a partir dos quais fosse possível planejar sua atuação.

Desse modo, já no primeiro ano de existência do Onesc elaborou-se o estudo “A Informalidade na Economia Solidária”, dentro de uma série chamada “Caderno de Debates”⁸. Para além de caracterizar e diagnosticar as formas de atuação dos EES atuando na informalidade, esse estudo contribuiu com uma definição mais precisa sobre o que é o fenômeno da informalidade na economia solidária tendo como referência analítica a unidade produtiva, isto é, o empreendimento.

A definição sobre o que é a informalidade na economia solidária se fez absolutamente necessária dado que esse fenômeno é extenso e a adoção do termo leva ao risco de encobrir outros fenômenos mais gerais em um mercado de trabalho marcado por sua heterogeneidade⁹, como o brasileiro. Ademais, esse estudo permitiu o desenvolvimento de uma metodologia para o cruzamento entre dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Sies por meio do CNPJ dos empreendimentos que possuíam tal informação.

O segundo estudo produzido pelo Onesc trouxe um diagnóstico sobre a dificuldade de comercialização entre empreendimentos urbanos, liderados por mulheres, dedicados a atividades artesanais. Foram realizadas três oficinas de diagnóstico participativo com grupos de trabalhadoras do artesanato como parte do desenvolvimento do estudo. As oficinas contribuíram para a construção de uma visão ampla sobre as dificuldades de comercialização

⁷ Para mais detalhes ver DIEESE. Observatórios do trabalho: pesquisa social para políticas públicas: I seminário internacional: exposições e debates./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: DIEESE, 2001.

⁸ Todos os estudos produzidos pelo o Onesc podem ser baixados no link: <https://ecosol.dieese.org.br/estudos-e-analises.php>. Acessado em 15/11/2019.

⁹ BIAVA, Joana Cabet. 1980 - Proteção do trabalho e "informalidade" nas pesquisas domiciliares. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2016, 132 p.

enfrentadas por essas mulheres, como rotinas exaustivas envolvendo o ciclo da produção e atividades domésticas, além da falta ou precariedade de espaços de comercialização.

O terceiro estudo mapeou a economia solidária nos planos plurianuais do governo federal no período de 2003 a 2013. O objetivo da Senaes foi tomar conhecimento de programas e ações voltados para a economia solidária ou para o fortalecimento do campo do cooperativismo e associativismo em outros órgãos do governo federal. Dessa forma haveria espaço para a proposição de sinergias entre essas diversas políticas públicas.

O último estudo desenvolvido pelo Onesc tratou das dificuldades de funcionamento das Comissões Estaduais do CADSOL. Para isso, novamente foi proposta a realização de oficinas de diagnóstico participativo somadas a uma pesquisa on-line com os membros das comissões. Embora o estudo tenha se realizado após a reforma administrativa ocorrida através da MP 870/2019, o que levou a algumas dificuldades de articulação das comissões estaduais do CADSOL, o estudo trouxe importantes conclusões com recomendações para o apoio às atividades das comissões locais.

O processo dialogado de disseminação das informações ocorreu por meio de seminários e oficinas, as quais foram determinantes para a construção metodológica do próprio Onesc e a direção a ser tomada na etapa de organização da informação no portal do Observatório¹⁰.

A estruturação do portal apresenta em seu centro indicadores abordando os EES. A seguir são evidenciados dados e indicadores de organizações que mesmo não sendo reconhecidamente de economia solidária, por suas práticas associativistas e cooperativistas se aproximam desse campo. Por fim, o terceiro conjunto de indicadores traz informações sobre os territórios onde os empreendimentos se localizam, com indicadores sociais e econômicos.

CONCLUSÃO

¹⁰ <https://ecosol.dieese.org.br/>. Acessado em 15/11/2019.

A estruturação do Onesc tornou-se uma das ações fundamentais tomadas pela Senaes com vistas à visibilização da economia solidária e como instrumento para a produção de informações que orientasse a ação da política pública, e a expertise do DIEESE na metodologia e concepção dos Observatórios contribuiu para a realização desses objetivos.

Foram tomadas diversas decisões, no âmbito do Onesc, que permitiram acumular conhecimento sobre desafios colocados diante da política pública de economia solidária, produzidos indicadores com informações da economia solidária e do interesse desse campo de atuação socioeconômica.

Por outro lado, ainda permanecem bastantes desafios. Certamente a produção de dados estatísticos com maior regularidade e abrangência é um deles. A consolidação e aperfeiçoamento do CADSOL enquanto registro administrativo que gere dados sobre os empreendimentos pode ser um grande avanço na política de visibilização e reconhecimento da economia solidária.

Outra dificuldade a ser encarada no âmbito da produção e organização da informação diz respeito à incidência sobre outras esferas do governo federal que produzem estatísticas, a exemplo secretaria da Secretaria do Trabalho, na esfera do Ministério da Economia, sob a qual está a gestão da RAIS, registro administrativo que pode ser aperfeiçoado para captar informações de estabelecimentos cooperativistas e de seus sócios. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também pode ser estimulado a discutir possibilidades de captação de informações de interesse da economia solidária, ou mesmo da própria economia solidária, em seus módulos de pesquisa, principalmente dentro da PNAD Contínua.

Para superar esses desafios de interlocução e de diálogo técnico, além de tantos outros que se apresentam para o fortalecimento da economia solidária, o Onesc se mostrou uma ferramenta de relevante contribuição, além de ter, ao longo de sua experiência, sido legitimado pelos diversos atores sociais e pelos gestores públicos da economia solidária.